



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 114/115

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## SUMÁRIOS

### **DIÁRIO Nº 114**

#### **092ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	05
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	06
Dep. Reni Pereira .....	07
Dep. José Domingos Scarpellini ....	08
Dep. Elza Correia .....	08
Dep. Jocelito Canto .....	09

##### **Grande Expediente:**

Dep. Neivo Beraldin .....	11
---------------------------	----

##### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini ....	15
Liderança do Governo	
Dep. Jocelito Canto .....	16

##### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	18
Redação Final .....	18
3ª Discussão .....	18
2ª Discussão .....	19
1ª Discussão .....	19

##### **Encerramento da Sessão .....23**

##### **Publicações:**

Programa de Demissão Voluntária	
Pedido de Adesão .....	23

### **DIÁRIO Nº 115**

#### **093ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>24</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>24</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>24</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Redação Final .....	24
1ª Discussão .....	25
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>27</b>

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 114**

### **092ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	05
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	06
Dep. Reni Pereira .....	07
Dep. José Domingos Scarpellini ....	08
Dep. Elza Correia .....	08
Dep. Jocelito Canto .....	09

#### **Grande Expediente:**

Dep. Neivo Beraldin..... 11

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini .... 15

Liderança do Governo

Dep. Jocelito Canto ..... 16

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 18

Redação Final..... 18

3ª Discussão ..... 18

2ª Discussão ..... 19

1ª Discussão ..... 19

**Encerramento da Sessão ..... 23**

#### **Publicações:**

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão..... 23

### **DIÁRIO Nº 114**

### **092ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2006**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Caíto Quintana e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva,

Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (37). Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Valdir Rossoni (16). Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv))

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 452/06, item 6, por 03 Sessões.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de outubro (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Líbia Cicuto Mateus, aos 84 anos de idade, ocorrido em 09/08 do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Victório Voz, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marina Evaristo do Pilar, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor aos policiais do Grupo Tigre (Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial), da Polícia Civil e aos policiais federais do município de Foz do Iguaçu, pelo excelente trabalho realizado na libertação do comerciante chinês que estava seqüestrado há seis dias naquele município.

Requer ainda, que se dê ciência aos homenageados através de correspondências a ser encaminhada ao Grupo Tigre, Rua Tabajaras, nº 1.148, Vila Isabel - Curitiba-PR e Delegacia da Polícia Federal, Av. Paraná, nº 3.471, Foz do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 2216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luís Noboru Marukawa.

A referida homenagem deve-se pelo excelente trabalho desenvolvido por esse senhor, como perito do Instituto de Criminalística de Londrina, contribuindo de forma especial com as investigações do incidente da queda da marquise na Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Aristides Felício Freire.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Exmo. Sr. Newton Pohl Ribas, encaminhando a solicitação da Associação Norte Paranaense de Horticultores.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Heinz Georg Herwig, informar se a Secretaria de Estado da Educação implantou cartões de crédito corporativos. Em caso positivo:

1 - Qual a bandeira, quantos cartões foram emitidos e qual a vigência inicial e final dos mesmos?

2 - Nominar quais os servidores que receberam os cartões.

3 - Quais os gastos registrados em cada ano, mês a mês, em cada um dos cartões?

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 501/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* do artigo 3º da Lei nº 14.231 de 26 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 3º A consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares será realizada de 3 (três) em 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da Comunidade Escolar aptos a votar, vedado o voto por representação.

Art. 2º O *caput* do artigo 15 da Lei nº 14.231 de 26 de novembro de 2003, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A gestão do Diretor Auxiliar será de 3 (três) anos, com início no primeiro dia útil do ano civil subsequente, sendo admitida apenas duas reconduções consecutivas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia para a escolha do diretor e diretor auxiliar subsequente à sanção desta.

Art. 4º Revoga-se a redação anterior dos dispositivos mencionados da Lei nº 14.231/06.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa alterar a duração do período de tempo da gestão dos diretores e dos diretores auxiliares das escolas públicas estaduais.

A tendência democrática é aquela definida com base nos princípios da autonomia e descentralização com pilares da gestão escolar. Porém, estes princípios se configuram, aqui, a partir da compreensão de que a escola é uma organização viva e dinâmica, orientada pelos componentes social e cultural que engendram as relações políticas que passam a orientar todas as ações na e da escola.

As condições de gerenciamento das muitas das escolas públicas são precárias. É difícil falar em gestão inovadora nessas condições. Mesmo reconhecendo essa dificuldade organizacional estrutural, a competência de um diretor de escola pode suprir boa parte das deficiências.

Atualmente, muitos dos responsáveis pelas políticas de educação, como também diversos diretores e educadores de escolas públicas, estão convencidos da necessidade de se ter uma gestão escolar democrática, plural e descentralizada. Para tanto a escola, como organização, precisa dominar procedimentos que permitam uma gestão estratégica e participativa envolvendo todos os seus agentes, facilitando ainda a integração e potencialização dos diversos recursos a seu alcance no cumprimento de sua função social.

Os problemas e desejos prioritários são analisados por representantes de todos os segmentos em suas causas e conseqüências, governabilidade e viabilidade, chegando-se assim ao plano de ação estratégico. Ao mesmo tempo, formulam-se as bases de um projeto coletivo de longo alcance para escola, contribuindo-se, assim, para a elaboração de seu Projeto Político Pedagógico e respectivo plano de ação.

Todavia, a duração de 2 anos de gestão para diretores auxiliares afigura-se excessivamente curta, inviabilizando os projetos que demandam maior prazo para a implantação.

Contribui-se, da forma proposta no presente projeto de lei, para uma escola pública mais democrática e solidária com a comunidade que atende através do desenvolvimento de um processo que proporcione uma gestão escolar estratégica e amplamente participativa.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 502/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Inês, com sede no município de Santa Inês, e foro na Comarca de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.06.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Inês - APMI, com sede no município de Santa Inês, e foro na Comarca de Colorado, Estado do Paraná, sem fins lucrativos, tem por principais objetivos a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, em especial:

a) higiene da maternidade e infância, sua proteção antes, durante e depois da gestação;

b) assistência médica à criança, à gestante e à nutriz enferma;

c) assistência alimentar à criança, à gestante e à lactante em estado de desnutrição e reconhecimento pobre, principalmente de família com prole numerosa;

d) proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas que vivem nas vias públicas;

e) proteção, tratamento e educação de crianças portadoras de necessidades especiais;

f) proteção, recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar;

g) outras iniciativas ou empreendimentos médicos sociais em favor da maternidade e infância.

Inferre-se por meio do relatório de atividades do último ano que a APMI desempenha atividades de integração junto à população local, incentivando e desenvolvendo programas sociais e afins, beneficiando, sobretudo, o bom desenvolvimento das crianças, indubitavelmente o futuro do País.

A APMI tem, ainda, como atividade desinteressada o objetivo de proporcionar a reintegração e a convivência do idoso junto à sociedade, garantindo os direitos inerentes à terceira idade, com reuniões informativas, encontros, atividades de lazer, esportivas, culturais etc.

Donde se conclui que a APMI tem esforços voltados ao desenvolvimento social da comunidade, sobretudo através do responsável desenvolvimento infantil.

A APMI preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Registro Civil de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero questionar aqui a Resolução assinada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Nemésio Xavier, que dispensa do Estágio Probatório Operacional 1400 novos soldados que vão ser liberados para trabalhar pela Polícia Militar do Paraná no próximo dia 20. Essa minha preocupação é extremamente relevante neste momento. E quero manifestar aqui a nossa indignação diante de tudo isso.

Como se lança para o mercado de trabalho, para enfrentar os bandidos, para zelar pela segurança da nossa

população, profissionais que ainda não têm o devido preparo? Que ainda não foram testados? Não são policiais, são meio policiais.

É o mesmo que mudarmos para uma casa sem o habite-se. É o mesmo que viajarmos num carro sem que seja feita a revisão. Eu reputo isso como uma irresponsabilidade. No dia 20, a uma semana portanto, das eleições, 1400 novos soldados sem o treinamento de tiro, de técnicas de abordagem, de dissolução de tumultos, de direção de policiais, vão ser jogados, pura e simplesmente, para defender a população.

A minha preocupação é plausível, já que lutei e continuarei lutando pela valorização do profissional da segurança pública do Estado do Paraná.

Portanto, não podemos admitir que isso seja feito de maneira irresponsável, eleitoreira, até eu diria. Porque se houver um acidente numa viatura dirigida por um policial desses, qual será o prejuízo para a nossa população? Um tiro errado que possa dar um policial, que na verdade, é um meio policial, um tumulto que ele pode ocasionar, ou não terá a habilidade, o preparo psicológico para enfrentar uma determinada manifestação nas abordagens que fará? Essa é a nossa preocupação.

É por isso que estamos demonstrando na tarde de hoje que não concordamos com essa atitude do Governo do Estado do Paraná.

Quero até explicar, porque são exigidas 950 horas pelo regulamento de curso de treinamento, para que os policiais possam exercer na plenitude as suas atividades. Mas na verdade, eles fizeram apenas 450 horas e só receberam as aulas teóricas. Agora que é o momento do preparo efetivo, verdadeiro, prática que deveriam estar sendo ministrada, eles vão ser jogados no mercado de trabalho.

Não podemos aceitar essa atitude e estamos pedindo aqui nesta tarde, através desse pronunciamento, que isso não seja feito, porque o povo do Paraná não merece. Os próprios policiais que irão trabalhar com estes jovens, que podem sim, com certeza, prestar um serviço à nossa população, também estarão tendo suas atividades desmerecidas, porque vai fazer um trabalho do Cosme e Damião, por exemplo, com um policial despreparado, se saca de um revólver num momento de tumulto. Veja a irresponsabilidade desta resolução, que foi publicada no Diário Oficial no último dia onze.

Por isso, estamos questionando...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto, para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente; estamos questionando, num momento em que se fala tanto na questão da reciclagem do policial, da valorização deste policial, com suas horas de descanso, porque o stress, realmente, é muito grande. Você vai, simplesmente, dispensar esta fase especial, dentro da formação de um soldado, que é o curso do estágio probatório operacional.

Quero deixar isto registrado na tarde de hoje. Muita gente está dizendo, aqui, a respeito do salário, que o soldo é de R\$ 1.450,00 quando os alunos recebem R\$ 700,00. Não é nem a questão financeira. Mas, muito mais a vida humana que se fala e que se preza, neste momento.

Por isso, ocupo a tribuna como Deputado do PDT para registrar esta nossa preocupação. O apelo eleitoral não pode ser levado em consideração no momento difícil que estamos atravessando, na questão da segurança pública em todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros da imprensa aqui presentes:

Subo à tribuna na tarde de hoje para falar de um projeto que está prestes a ser votado, o item 10 da discussão. E quero, aqui, fazer justiça ao trabalho de alguns Deputados que juntamente comigo, no ano de 2003 propuseram projeto de lei no sentido de incentivar as empresas do Paraná a contratarem pessoas com mais de 40 anos de idade ou até 24 anos de idade sem experiência.

Uma destas Deputadas é a Cida Borghetti, que apresentou um projeto. Apresentei com matéria semelhante e - me falha a memória, agora - mas existia um outro projeto. Os três projetos foram anexados e foram para a Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer contrário, porque afrontava a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque haveria renúncia de receita.

Entendemos, naquele momento, e os projetos ficaram arquivados. No ano seguinte, reapresentei este mesmo projeto. E quero aqui, também, fazer justiça ao Deputado José Maria Ferreira, que não se encontra presente, mas encontrou uma fórmula de nós, como legisladores, contribuímos para o desenvolvimento, para a geração de emprego e para aquilo que todos nós queremos, que é um Paraná cada vez melhor.

O Deputado José Maria Ferreira, depois de vários debates que tivemos, entendemos por bem elaborar um Substitutivo Geral dizendo que este benefício poderia ser implantado no Paraná desde que valesse para as empresas que aumentassem a arrecadação.

Na prática, se este projeto recebeu o apoio dos Deputados, ele vai para a sanção do Governador, seja ele quem for. Porque qualquer benefício que se queira dar no ano que vem, tem que ter um dispositivo legal aprovado neste ano. Todas as matérias tributárias têm que ser aprovadas um ano antes de entrar em vigor.

Por isso é que eu faço o apelo na tarde de hoje e quero dizer que este projeto, do ponto de vista da legali-

dade está perfeito, do ponto de vista da constitucionalidade, depois do substitutivo do Deputado José Maria Ferreira ficou perfeito também, e prevê que as empresas que contratarem jovens até 24 anos, até o limite de 30% dos seus empregados poderão abater até duzentos reais por mês de ICMS por posto de trabalho gerado. Algumas empresas não são contribuintes de ICMS, poderão contribuir até o limite de 480 reais por ano de IPVA, que também é um imposto de competência do Estado, por cada posto de trabalho gerado.

Agora, quero dizer que esse é um contrato de parceria. Se o próximo Governador do Paraná resolver adotar, seja o próprio Requião, ou seja o Osmar Dias - porque as empresas para terem direito a esses benefícios terão que aumentar o número de funcionários e terão que aumentar a arrecadação. O Estado vai ganhar duas vezes: primeiro, no aspecto social, na geração de novos trabalhos, novos postos de trabalho, e segundo, porque a empresa para fazer jus a um benefício de três mil reais, vai ter que aumentar a arrecadação próximo de dez mil reais.

Neste sentido, quero pedir o voto a cada um dos Parlamentares para que nós possamos aprovar esse projeto, possa ser sancionado e possa estar em vigor ainda este ano, para que se torne um instrumento na mão do Governo do Estado para alavancar o desenvolvimento do Estado. É este o nosso papel, é o papel legislativo. Quero dizer que esse projeto não é só meu, é daqueles Deputados que apoiaram, dos que vão votar, do Deputado José Maria Ferreira, que fez um brilhante relatório; da Deputada Cida Borghetti, que propôs uma matéria semelhante; existem outros Deputados que eu não recordo o nome que também haviam proposto para que o Poder Legislativo do Paraná contribua fazendo aquilo que somos pagos para fazer: leis para o desenvolvimento.

Obrigado pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem trouxemos aqui uma informação e uma denúncia relacionada à Secretaria da Educação do Paraná. Deputado Barbosa Neto, V. Exa, se elegeu Deputado Federal e não vai estar aqui no próximo ano, mas certamente os atos que V. Exa. praticou vão ficar nos arquivos desta Casa. Os Anais registraram aquilo que a pessoa faz. Lá na Secretaria da Educação registrou-se nos cartões corporativos, cartões Visa, Deputado Nelson Justus, um gasto de seis milhões e trezentos mil reais foram gastos no cartão corporativo da Secretaria da Educação, sob a responsabilidade do Secretário Maurício Requião

de Mello e Silva. Não tem como comprovar no que foi gasto esse dinheiro. Tem uma situação criada que não tem como fazer prestação de contas, estão lá em aberto e ninguém sabe explicar ou comprovar por que se gastou tanto e no que se gastou. E a Assembléia, ontem, Deputado e Presidente Pedro Ivo, aprovou aqui um requerimento pedindo informações para que pudéssemos ter essas informações da Secretaria da Educação. Assim, poderemos tomar as providências necessárias com relação ao abuso no uso desses cartões que foram gastos pelo Gabinete do Sr. Secretário.

Seis milhões e trezentos mil reais é muito dinheiro! Acho que nem o "Aerolula" conseguiu gastar tudo isso! George W. Bush, Presidente da maior nação deste Planeta, também deve ter gasto um cartão corporativo no valor de seis milhões e trezentos mil reais. É muito dinheiro! O povo do Paraná precisa de uma explicação com relação a isso! Precisamos saber no que foi gasto, quem gastou, qual era o objetivo administrativo do uso desses cartões sob o comando do Secretário Maurício Requião de Mello e Silva.

No dia 21 de setembro, faltando dez dias para eleição do primeiro turno, o Secretário pediu demissão do cargo e foi demitido pelo Governador Hermas Brandão. Assumiu um Secretário que era Diretor-Geral da Secretaria, mas nem por isso os atos praticados por ele desapareceram. Então, nós vamos continuar aqui para cobrar essa situação.

Quero, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que uma empresa de filmagens vai sobrevoar a Ilha das Cobras, amanhã ou na quinta-feira, se melhorar o tempo, para poder fazer algumas gravações, algumas tomadas lá da Ilha das Cobras. Essa empresa está devidamente contratada e nós queremos que toda segurança seja dada às pessoas que lá vão estar para fazer as filmagens. Assim como também vão ser feitas as filmagens aéreas por helicóptero da Granja do Cangiüiri, porque fala-se muito em criações de avestruz, de cavalos, de pequenos animais, e nós precisamos ter essas imagens.

Amanhã ou na quinta-feira, dependendo da situação do tempo, queremos que o Governo do Estado coloque a segurança lá, mas para proteger esses helicópteros que irão gravar a Granja do Cangiüiri e a Ilha das Cobras.

Fico agradecido, Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora inscrita Deputada Elza Correia.

**Deputada Elza Correia (PMDB)**

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas:

Ouvi o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto e confesso, Deputado Barbosa, que me preocupam as questões trazidas por V. Exa. Estava tentando falar com o Coronel da PM para verificar isso, pois é preocupante, mas não tenho como contrapor ou concordar por-



que não tenho essas informações, mas queria registrar a minha preocupação com a questão trazida por V. Exa.

Faço uso da tribuna, rapidamente, para que possamos juntos fazer uma reflexão. Acho que estamos vivendo um momento da vida brasileira em que nunca foi tão importante como agora refletirmos se estamos avançando no processo democrático, avançando na construção de uma nova ordem social e política ou se estamos regredindo politicamente.

Eu milito na vida pública desde os tempos do movimento estudantil, desde que tinha 14, 15 anos, Deputados Dobrandino e tenho pensado na situação que estamos vivendo hoje no Brasil. É lógico que não me arrependo de absolutamente nada do que fiz e vivi, das trincheiras de lutas das quais participei, mas tenho questionado algumas coisas.

Não gosto muito de fazer pronunciamento em cima de que está escrito em jornal, porque às vezes não é bem aquilo, mas de qualquer maneira também não vi nenhum desmentido dessa informação que saiu várias vezes na televisão. O Deputado federal eleito, Clodovil, quando coloca que vai aceitar dinheiro para votar a favor do Governo, quando ele estiver no Congresso, quando diz que não tem nenhum conhecimento político, nenhuma informação, e que vai aprender com políticos experientes, mas que não lhe ensinarão a roubar porque “por pouco eu não vou me sujar, dependerá de quanto me oferecerem para votar nos projetos do Governo”.

Gente, pelo amor de Deus, que diado de país é este, Barbosa? Que ouvimos um recém eleito Deputado Federal que faz um pronunciamento vil, escandaloso, imoral desta natureza, que devia ser cassado antes de ser empossado por falta de decoro parlamentar e não acontece absolutamente, nada! Ele acaba de se eleger, numa votação estrondosa e diz que “vai roubar, desde que seja bom o dinheiro que lhe ofereçam”.

Fica estarecida, sinto-me ofendida frontalmente como Parlamentar, como mulher, como cidadã ouvindo isso. Um país em que elegem pessoas envolvidas com “mensalão”, com roubo descarado do dinheiro público, pessoas indicadas pelas CPI’s para serem cassadas, se reelegem no Brasil. Maluf, Collor, e por aí afora e outros exemplos mais próximos de nós, pessoas que desviaram dinheiro público de forma escandalosa, com montanhas de processos nas costas por peculato, formação de quadrilha. E recebem a procuração da população para tomar conta dos seus destinos por quatro anos!

Alguns poderiam dizer: A Deputada Elza está dizendo isso porque é pronunciamento de derrotada. Esta foi a linha de atuação da Deputada Elza na Assembléia Legislativa durante esses quatro anos e tem ainda um mês e meio como Deputada e tenho o direito de manifestar aqui a minha indignação por comportamentos desta natureza. Aonde vai parar a democracia brasileira quando um eleito a Deputado Federal diz que não vai resolver problema de ninguém? Aqueles que votaram nele, acreditando que iria solucionar os seus problemas, se

enganaram! Isso é uma bobagem digna de quem foi mal colonizado! É uma afronta à nossa inteligência, à construção de um novo mundo, de uma nova ordem social. Fico envergonhada.

Queria apenas que fizéssemos essa reflexão porque isso é muito sério, é muito grave e leva-me à reflexão de que a população poderia eventualmente, Dobrandino... está havendo um refluxo, estamos na contramão da história quando o mundo inteiro pede ética, dignidade, compromisso na política, com probidade, vemos um Deputado recém-eleito dizendo que vai roubar, sim, desde que seja muito dinheiro, porque ele não se vende por pouco.

Vamos refletir sobre o que isso significa e onde é que vamos parar com Deputados dessa ordem, porque alguns fazem isso e se calam e passam por bonzinhos, mas quando nem tomou o assento e já dá esse tipo de declaração, ficamos imaginando que tipo de Deputado será esse, que logicamente vai se juntar, com as devidas e necessárias exceções que nós honramos, a um grupo nojento que está no parlamento brasileiro.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria saber de V. Exa. se ainda há vaga para eu falar no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. está inscrito e é o próximo orador.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Ao abrir as páginas da Gazeta do Povo de hoje, nesta terça-feira dia 17 de outubro, fiquei surpreso ao ver a principal manchete de hoje: “Tribunal aprova as contas do Governo com onze ressalvas”. E aí, fui me inteirar da notícia da Gazeta do Povo e fiquei surpreso com o que diz o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Heinz Georg: “tem sido muito comum o Tribunal fazer as mesmas ressalvas durante muitos anos, sem que os Governos as corrijam”. E estou surpreso com essa decisão dos Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas! Estou surpreso, Srs. Deputados, porque quando é um Prefeito, quando falta “0,0” na educação, o que o Tribunal de Contas faz? Manda para a guilhotina o Prefeito, reprova as contas do Prefeito, judia do Prefeito!

O Tribunal de Contas do Paraná tem dois pesos e tem duas medidas e aqui está provado na Gazeta do Povo de hoje, que é o principal jornal do Estado do Paraná. O Presidente do Tribunal de Contas diz que permitiu ressalvas em uma conta que, segundo o Tribunal, seus técnicos não cumpriram o que determina a lei, da educação e aqui nesta Casa são vários ex-Prefeitos, inclusive eu. São vários ex-Prefeitos aqui e nos surpreendemos ao ver o

Tribunal de Contas do Paraná aprovando contas dos Prefeitos de um jeito e dos governantes ou Prefeitos da Capital de outro jeito! Até quando vai isso? O que acontece com esse Tribunal de Contas do Estado do Paraná? Tem que ser figurão? Tem que ser tubarão? Tem que ser Prefeito de Curitiba? Tem que ser Governador do Estado para eles não usarem o mesmo método que estão usando com os “pobres” Prefeitos do interior do Paraná, que às vezes não cumpriram os 25% porque alguns técnicos glosaram contas dos Prefeitos?

Então, chamo a atenção desta Casa nesta tarde para esse registro que estou fazendo: o Tribunal de Contas do Paraná tem dois pesos e duas medidas. O prefeito de Curitiba é um rei, o Governador é um rei também. Os prefeitos do interior são uns pobres coitados que sofrem muitas vezes por erros técnicos ou às vezes porque alguns membros glosam suas contas, porque infelizmente lá no Tribunal de Contas vemos muitos políticos analisando as contas, não técnica, mas politicamente. E pior, pessoas *subjudice* às vezes.

### ***Passa a fazer uso do horário de Liderança do Bloco PTB/PL/PRB***

Até porque estou surpreso ao ver o Tribunal de Contas dizer que aprova as contas do Estado com ressalvas, não cumpriu os 25%, assim foi no Governo Lerner, oito anos e eles aprovaram todas as contas. Oito anos sem cumprir os 25% para a educação e ninguém se levantou para reclamar! Oito anos aprovando contas do Governo Jaime Lerner e ninguém levantou a voz! Oito anos se passaram. E todo o ano o Tribunal dizia: ano que vem não vamos aceitar.

Eu requisitei esses documentos e são documentos legais que recebi desta Casa e que dizem exatamente isso. Primeiro ano do Jaime Lerner: não cumpriu os 25% da educação. Vem o Conselheiro e diz: Este ano passa. Ano que vem não passa mais.

É o mesmo que está dizendo o Sr. Heinz, neste momento aqui. Segundo ele, tem sido muito comum o Tribunal fazer as mesmas ressalvas durante muitos anos sem que os governos as corrijam. Todo ano é isso. Oito anos, Deputada Elza, foi assim com o Jaime Lerner. Todo ano se perdoou o Estado e se perdoou o Município de Curitiba, que também não cumpriu os 25%. Agora, Deputado Anibelli, quando vem um prefeito lá do interior, um prefeito humilde, aí, por qualquer percentual o Tribunal desaprova as contas, deixa o Prefeito em uma situação difícil. E eu vejo aqui também, há aqui a palavra do ex-Conselheiro Iatauro dizendo que ressalvas não são irregularidades. Claro, para o Governo do Estado nunca foi, para a Prefeitura de Curitiba nunca foi, mas para os prefeitos do interior tem sido a grande condenação! Tem sido um tribunal especial, que julga os prefeitos e muitas vezes a Câmara confirma ou a Câmara desaprova. E aí o Prefeito acaba perdendo até os seus direitos.

Por isso, quando, nesta tarde, vemos aqui a Gazeta do Povo falar que o Estado não cumpriu a educação, eu queria dar esse destaque, hoje, independente de política, independente se alguém vai usar isso politicamente - eu estou falando tecnicamente, estou dizendo aqui que no Tribunal de Contas do Paraná tem dois pesos e duas medidas: quando é um pobre Prefeito do interior, que não é da capital, o Governador tem direito de aprovar as suas contas até com ressalvas. Agora, quando é um prefeito lá do interior, desaprovação, glosa-se contas daquele Prefeito, joga-se o Prefeito diante da Justiça fazendo-o ter que ingressar no Poder Judiciário para reformar aquela decisão do Tribunal. Nesse Tribunal, com todo respeito, há quem tem direito de ir para o Tribunal, mas hoje vemos lá no Tribunal alguns remanescentes de grandes momentos tristes no Paraná julgando as contas de outras pessoas! Uma página negra na história do Paraná e hoje se vê magistrado julgando as contas de alguns políticos do Paraná como se eles tivessem condições técnicas, morais e éticas de assim fazer!

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer esse registro até porque não poderia me calar como ex-Prefeito, de ver aqui sendo usados dois pesos e duas medidas para esse caso envolvendo as contas públicas e isso vem assim há muitos anos: o Governador Lerner, à vontade, está tudo bem, não foi penalizado! Prefeitura de Curitiba, sem problemas nenhum! Prefeitura do interior, cacete, cassa-se o Prefeito, desaprova as contas, judia do prefeito, aleluia e amém! É assim o Tribunal de Contas do Estado do Paraná!

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Obrigado Deputado Jocelito.

Quero aqui apenas corroborar com suas palavras porque apenas uma consideração que é feita inclusive pelos conselheiros do Tribunal e que me parece que temos que refletir. O Conselheiro do Tribunal, quando entrevistado, disse que o Tribunal não aprova nem desaprova as contas, apenas recomenda. Quem aprova ou deixa de aprovar as contas do Estado, das prefeituras e dos demais órgãos são os deputados estaduais da Assembleia Legislativa. Então me parece que se esse é o entendimento, juridicamente é esse o caminho, cabe à Assembleia fazer também uma reflexão a respeito disso.

A Prefeitura de Curitiba teve, por diversas vezes, não a Prefeitura especificamente mas todos os órgãos da Prefeitura e suas Secretarias as contas aprovadas com ressalvas. Nós éramos três Vereadores, na época: o Deputado Natálio Stica, o Vereador, hoje licenciado da Itaipu; Samek e eu, por diversas vezes votamos contra aquilo que vinha do Tribunal de Contas. Infelizmente - o Deputado Natálio Stica lembra - o rolo compressor fazia com que 29 vereadores da Câmara Municipal de Curitiba votassem a favor, mesmo sabendo que as contas estavam irregulares ou pelo menos estavam sendo consideradas com ressalvas.

Acho que aqui na Assembléia é preciso que se faça uma reflexão sobre qual é o papel da Assembléia Legislativa? Se é de fato um órgão fiscalizador, fazer com que as contas, seja do governo que for, como o senhor falou isso aqui, não é desse ou daquele Governo, me parece que é uma rotina de todos os Governos, assim acontece talvez também no Governo Federal, mas me parece que a nossa obrigação constitucional é fazer a fiscalização e a partir desta fiscalização tomarmos inclusive as medidas cabíveis. Como o senhor falou, há o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, há diversas instâncias para serem recorridas e nós vamos começar a recorrer. É óbvio que depende da leitura que se faça mas essa leitura não pode ser prejudicial à maioria da população quando se tira dinheiro da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, das Secretarias do município de Curitiba e assim por diante.

Parabéns pelo seu pronunciamento e estou solidário à sua indignação.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Só quero colaborar até com V. Exa., um tema espinhoso e V. Exa. como um Deputado corajoso que é toca num ponto bastante delicado, mas queria até discordar porque a Prefeitura de Londrina, por exemplo, Deputado, está com as contas desde o ano de 2000 até o momento sem ter um parecer e a recomendação do Tribunal de Contas é pela desaprovação.

Estive na semana passada no Tribunal, não para tratar dessa questão, mas de outros municípios e lá recebi a informação que com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o “aperto” aos prefeitos é maior e a fiscalização aumentou. Só que na prática, infelizmente, não vemos que isso realmente aconteça como bem colocou V. Exa.

Apenas para colaborar com seu pronunciamento. Muito obrigado.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Obrigado Deputado Barbosa.

Ele que é um expert em Tribunal de Contas e que pode dar o seu parecer, o nosso Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, Deputado Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (Aparte)**

Deputado Jocelito Canto, o tema abordado por V. Exa. é um tema bastante palpitante. Sobretudo se esta Casa voltar a cuidar desta questão com maior rigor. Por exemplo, temos as contas de 2002, 2003 e 2004, do ex-Governo: a de 2002, 2003, 2004 e 2005 não foram colocadas na Plenária desta casa. Porque quem aprova ou rejeita as contas do Governo é o Poder Legislativo Estadual. O Tribunal de Contas não aprova nada. Aliás é uma palavra mal colocada, uma frase mal colocada quando diz: “O Tribunal de Contas aprova com ressalvas”. Ele não aprova nada, ele só dá o parecer. Esse é o poder constitucional que ele tem. E isso quando se trata a nível de

Estado. Quando se trata a nível de Município, quem aprova ou rejeita as contas do Prefeito, da administração municipal são os vereadores.

O que está acontecendo aqui no Estado é que ao longo do tempo, os Governadores preferiram legislar com o Tribunal de Contas, porque eram cinco, seis, sete lá dentro, Conselheiros, evidentemente.

Já que o tempo se esgotou gostaria de fazer uma Questão de Ordem, para que coloque as contas de 2002, 2003, 2004 e 2005 para que esta Casa efetivamente as analise. Porque eu, efetivamente, já analisei e conheço profundamente como foi aplicado o dinheiro do Estado do Paraná, numa desordem total, não cumprindo orçamento, não cumprindo absolutamente o que foi aprovado por esta Casa.

#### **O SR. JOCELI CANTO (PTB)**

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queria fazer esse destaque, aqui, porque é importante que o Tribunal de Contas, por mais que ele não aprove as contas do município, ele fiscaliza. E quando ele recomenda e reprova, claro que o poder político é das Câmaras, mas ele tem um peso muito forte em cima de tudo isso. Queria deixar esse destaque, aqui, até porque vou trazer mais detalhes. Estou com muita coisa sobre o Tribunal de Contas e tem muita coisa que vai deixar muita gente de cabelo em pé.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Neivo Beraldin.

#### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

#### **O SR. NEIVO BERARDIN**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Solicitei nesta tarde para ocupar o Grande Expediente, para falar sobre a Federação das Indústrias do Paraná, sobre o grande caos administrativo que ocorre na Federação das Indústrias do Paraná, baseado no relatório do Tribunal de Contas da União. E o que se verifica é que é um escândalo na política administrativa do Paraná. E agora dessa vez trata-se da questão da Fiep.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, eu poderia também falar neste Grande Expediente sobre outros temas que interessam à sociedade do Paraná, mas não vou me aprofundar neste tema, tendo em vista que hoje faltam muitos Deputados, já que o Deputado Jocelito Canto levantou o tema que é bastante pertinente que é a questão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tenho pelos técnicos do Tribunal de Contas um grande respeito, mas até que atualmente os Conselheiros têm se comportado melhor, mas o passado do Tribunal, e não preciso ir muito longe, é só chegar no rombo do Banestado. Como que acontece um prejuízo, perto de

dezenove bilhões de reais ao povo do Paraná, sendo que o Tribunal de Contas não analisou e nem aprovou na época nenhuma empresa do Conglomerado Banestado? Como que a Banestado Leasing oferece um bilhão em prejuízo e o Tribunal de Contas tinha uma sala ao lado do Presidente do Banco do Estado do Paraná? E o Ministério Público também. E o Banco Central também. Então, como é que naquela época, por exemplo, só para uma reflexão, o ex-Presidente empresta perto de cinco milhões de dólares para o Moinho São Jorge de São Paulo, para que ele comprasse farinha na Argentina e quando foram cobrar o dinheiro emprestado, sabem o que constataram lá? Não tinha farinha! Então não tinha aval, então não tinha garantia.

Será que ninguém viu que dentro daquele Banco eram repassados recursos de publicidade e propaganda com retorno de valores para a Secretário de Comunicação da época, para os diretores do Banco de Comunicação? Uma auditoria interna levou essa auditoria para o Presidente do Banco do Estado da época. O que aconteceu com a auditoria que levou ao conhecimento do Presidente do Banco do Estado da época, que levou ao conhecimento do vice-Presidente do Banco da época? O que hoje os documentos retratam? Aliás, eu encaminhei, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, para a Presidência desta Casa em 2005, e certamente esse assunto deve estar sendo tratado pelas autoridades competentes.

Eu queria dizer muito mais. Como que o Tribunal de Contas daquela época não viu que a Corretora Banestado comprava títulos podres por valor de face e por uma empresa que não tinha sequer 5% de capital, que era a empresa "Divalpar", que vendeu as ações para a Corretora Banestado, mais de 50 milhões de reais? Como que ninguém viu naquela época, que o Estado do Paraná comprou as ações da Sercomtel de Londrina? Como pode uma empresa, de capital fechado, como é a Sercomtel de Londrina, vender ações à Corretora Banestado? Londrina recebeu em torno de 12 milhões de dólares na época e até hoje não se sabe porque as contas de Londrina - pasmem senhores Deputados - até há pouco tempo atrás não tinham sido remetidas para a Câmara de Vereadores de Londrina, desde 1993. Elas estavam dormindo aqui no Tribunal de Contas do Paraná, desde 93.

Agora que fico a me perguntar como é que os vereadores de Londrina, de 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2001, 2002, 2003 e dois mil e não sei quanto, como é que eles aprovavam o Orçamento sem analisar as contas de Prefeitura, que era alvo de manchete nacional, de corrupção? Como é que nós aqui estamos analisando um Orçamento para o ano que vem, sem analisarmos o Orçamento, a aplicação do Orçamento de 2002, 2003, 2004 e 2005? Por que é que isso acontece aqui? Por que o povo é bobo? É porque o povo não agüenta mais. Nós não estamos aqui cumprindo na plenitude o nosso dever. Quero ver as contas aqui, não como aconteceu em 2002, quando aprovamos as contas do primeiro Governo Requião e as contas

de oito anos do Governo Lerner num único dia aqui, na última semana, sendo que eu tinha conteúdo suficiente para analisar trimestre a trimestre, para discutir quanto se aplicou em saúde, em educação, segurança, transporte, ciência e tecnologia.

Sabe o que aconteceu? Foi um Plenário quieto, calado. E aí se aprovou doze anos de Governo. E agora estamos caminhando o mesmo caminho. Esta Presidência não tem outra atitude diante do assunto levantando aqui, de não colocar essas contas para que seja analisado por este Plenário. Porque eu notifiquei a Comissão de Tomada de Contas desta Casa para que me provasse baseado no balanço aprovado, auditado pelo Tribunal de Contas, para que me provasse baseado em que, a Comissão de Tomada de Contas deu parecer favorável para que este plenário venha a aprovar?

Quero que esta Presidência exerça o seu poder. Coloque as contas aqui em Plenário que é exatamente competência de V. Exa., não é de outro, não. É V. Exa. que decide e vamos discutir a aplicação do dinheiro do povo, trimestre a trimestre, setor a setor, saúde, segurança, comunicação tudo que possa acontecer. Até mesmo, posso adiantar a V. Exas, que não houve sequer um período que o Governo tenha respeitado o Orçamento elaborado e aprovado por esta Casa. Houve uma bagunça, onde se transferiu o dinheiro da saúde para outro setor. Ciência e Tecnologia para outro setor, Habitação para outro setor. Quando é que vamos discutir quanto se gastou de diária? A nossa Cohapar, quanto foi de diária? Quando nós vamos discutir com profundidade as obras realizadas por todos os Governos? Obras superfaturadas que não correspondem com edital de licitação, que não correspondem absolutamente com aquilo que foi licitado com ordem de serviço. Porque o projeto é uma coisa e a execução é outra. Até o engenheiro do DER foi parar em Maringá recentemente.

Tenho grandes dúvidas em relação a muitas obras realizadas neste Estado e neste país. Não estou vendo manifestação suficiente para que a gente diga a verdade ao povo do Paraná. Essa é a grande dúvida. Vou dar um exemplo: Aplicação em saúde. Vamos puxar 2004; se gastou 9,07, quando a Constituição e o nosso Orçamento determinavam 12. Mas se gastou 9,07 porque incluía o saneamento básico, porque incluiu o leite das crianças, porque incluiu a despesa com o Suderhsa, porque incluiu uma centena, uma dezena de itens para chegar a esse patamar.

Quando o Governo fez uma publicidade no rádio e na televisão dizendo que gastamos um bilhão em saúde, eu notifiquei o Secretário de Saúde, na condição de Presidente. Ele me provou ter gasto 36 milhões. Como que a televisão e o rádio aceitam um bilhão de gastos em saúde quando o Governo, na verdade gastou 36 milhões?

Então, este é o momento, meus amigos, Sras. e Srs. Deputados. Vamos cumprir nosso papel! Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Exa, e faço em Questão de Ordem: V. Exa. vai ou não vai colocar as contas para esta Casa tenha

responsabilidade e cumpra seu dever de aprovar as contas de 2002, 2003, 2004 e 2005?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Neivo Beraldin, esta Presidência pode se responsabilizar por este período, no qual estamos à frente dos trabalhos aqui da Assembléia, como Presidente. Como Vice-Presidente, não faço parte da Mesa Executiva, porque não passaram por mim estas discussões.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

V. Exa. responde oficialmente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Mas, nós vamos acatar sua sugestão. V. Exa. pode encaminhar o pedido por escrito para que possamos retornar. E se houver tempo hábil, dentro do período no qual estarei à frente da Presidência, colocaremos à apreciação dos Srs. Deputados, as contas.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Sr. Presidente Pedro Ivo, não cabe um requerimento deste Deputado. Cabe a decisão de V. Exa. se vai ou não colocar para o Plenário discutir as contas, já de anos passados. Não é de ontem, não!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Vamos analisar suas reivindicações, Deputado. Dentro das possibilidades, faremos o possível para que as contas venham. Temos o Orçamento do Estado para ser aprovado, nos próximos dias. Já está sendo distribuído para os Srs. Deputados. Mas, estamos com dificuldades de quórum, Deputado Neivo. Inclusive, ontem, com muita dificuldade conseguimos aprovar na Ordem do Dia dois projetos importantes. Mas, sua solicitação será analisada, espero que hoje tenhamos quórum para dar continuidade ao menos a esses projetos que estão na pauta.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

V. Exa. vai compreender que a hora em que se colocar na Ordem do Dia a análise das contas, ah, como vai dar quórum! Ah! Como o governo tem a maioria. Ah! Virá aqui a tropa de choque! E este é o grande momento no qual quero chamar a atenção, porque estou me despedindo. Até quando vamos analisar? Vamos nos calar diante da voz calada deste Poder em relação a isto? Até quando não vamos cumprir nossa função regimental, constitucional, função esta delegada pelo voto sagrado do povo do meu querido Estado?

Concedo, com muita honra, aparte ao companheiro Deputado Scarpellini.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Deputado Neivo Beraldin, estou atento às suas palavras e eu discordo de V. Exa. quando V. Exa. diz que está se despedindo do Parlamento.

V. Exa. está fazendo um pit-stop para uma calibragem de pneus, abastecer um pouco o tanque. Mas, V. Exa. voltará, com certeza, a esta Assembléia. V. Exa. segundo suplente de uma Bancada que certamente vai ganhar o Governo do Paraná e não vejo a menor chance de V. Exa. ficar fora da Assembléia. E também pelo seu trabalho, pelo que V. Exa. já desenvolveu, aqui, não se despeça, por enquanto. Não é nenhum motivo para que uma classificação como teve nesta eleição faça V. Exa. se despedir, assim, daqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Vejo com outros olhos. Isto é uma pequena mágoa que muitas vezes está comendo por dentro. Eu sei exatamente o que V. Exa. está passando. Já passei por isto, aqui, algumas vezes. E eu não vou me despedir tão cedo, também, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque tem um trabalho seu desenvolvido aqui, que com a sua presença ou não, este trabalho vai estar aí, respondendo pelo seu mandato. Se vão colocar em votação agora ou no ano que vem, não é problema só seu. É problema de todos os Deputados que estão aqui. E o problema é da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

V. Exa. cumpriu o seu papel. Fez a sua vez. Fez a sua parte. Agora, a responsabilidade cabe mais aos outros do que a V. Exa. A sua cobrança é oportuna.

Eu ouvi V. Exa. falar sobre um Secretário de Estado que pegava dinheiro de volta lá do Banestado nas contas que eram pagas para empresas de publicidade. Para que nós não fiquemos com a idéia de que todos os Secretários de Comunicação do Governo estejam envolvidos, V. Exa. poderia me dar o nome desse Secretário?

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Deputado Scarpellini, posso sim senhor, não só do Secretário, mas como também de outras pessoas.

Certamente antes eu queria reparar, quando eu disse que estava me despedindo é porque em 1º de fevereiro termina o mandato e eu não reeleito.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PDT)**

Termina um e começa outro, isso é desse jeito desde quando se iniciou os Paramentos aqui no Paraná em 1854 ou 55. Então, é desse jeito.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Em verdade, Deputado Scarpellini, enquanto Presidente da CPI do Banestado e quanto terminou a CPI fomos ao Juiz Federal, Magnífico Sérgio Fernando Moro, Juiz Federal da 2ª Vara Criminal Federal, responsável pelos crimes do sistema financeiro do Sul do Brasil, e ele deu a extensão de quebra das informações da CPI para a Comissão de Fiscalização e Controle, tendo em vista ser um trabalho similar e que envolve o interesse público.

Baseado nisso nós continuamos o trabalho, e ainda estamos trabalhando, a nossa equipe técnica está trabalhando para desvendar cada vez mais os casos que envol-

veram desvio de valores e que causaram esse prejuízo que o povo do Paraná vem pagando hoje a conta, quando falta escola, saúde.

Deputado Scarpellini, a grande caminhada começa pelo primeiro passo, o primeiro passo diz o seguinte: informações da auditoria interna do Banestado, pagamento de valores, pagamento de fornecedores de publicidade com retorno de valores. Essa auditoria, o período analisado é de dezembro de 1993 a junho de 1994. Os nomes, na verdade, já estão em poder da Casa, da Assembleia Legislativa do Paraná, encaminhado pela Comissão de Fiscalização e Controle, e recebido pelo Presidente em 03/04/05 para que fossem tomadas as devidas providências cabíveis.

Então, o que vou revelar aqui é um assunto de conhecimento público. Agora, se foram ou não tomadas as providências cabíveis, cabe à Presidência da Casa, evidentemente, responder. Mas vamos lá. Foi feita uma análise, então, por amostragem, e os nomes que ressaltou, evidentemente que V. Exa. quer esses nomes em públicos, e eu vou, sem nenhum constrangimento - até porque cumpro a minha função como Parlamentar - e como Parlamentar e homem público não posso prevaricar, e se há um crime maior que acontece neste país e nesse Estado é exatamente a omissão da informação e da verdade, porque um Governo assume e diz o que passou, roubou, fez tudo isso, mas nenhum representou oficialmente, então houve crime de omissão, e eu não vou cometê-lo, como não o cometi até agora.

César Augusto Lopes, foi do Banestado, 126.809,16 dólares; Luís Fábio Campana, Secretário de Estado, recebeu em sua conta corrente, como retorno, comprovado e recomprovado, 40.545,00 dólares.

Estou falando de uma amostragem. Não estou falando do conteúdo completo, de onde o presidente do Banco, na época, deveria ter ido a fundo, porque os auditores identificaram e mostraram a ele que havia esse pagamento com retorno de valores e o Luís Fábio Campana era Secretário de Estado da Comunicação.

Na diretoria do Banco também estava Roberto Carneiro da Silva Gribel, que recebeu 5.292,14 dólares. Também estava o atual assessor do Governador: José Benedito Pires Trindade, que circula hoje dentro da Secretaria de Comunicação Social. Nessa amostragem ele foi muito modesto. Ele recebeu, apenas, 5.865,22 dólares.

No total dessa amostragem de treze empresas...

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Deputado Neivo, um aparte, por favor? Só para tirar uma dúvida.

Eu queria saber como era devolvido esse dinheiro, Deputado.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Na conta corrente, dentro do próprio banco. Recebia do banco e já depositava na conta.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Quem depositava?

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Estou dizendo que fizemos o levantamento...

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Mas quem depositava?

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

As empresas que recebiam o dinheiro.

As empresas de publicidade e propaganda que recebiam dinheiro....

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

E consta no depósito o nome dessas empresas?

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Sim, consta. Consta o ticket da máquina, consta o cheque nominal, consta a conta corrente, consta, literalmente, tudo, porque tivemos na CPI a quebra do sigilo do Banco Central e, também, das auditorias do Banco do Estado de 90 a 2000.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Deputado Neivo, e se algum desses nomes que o senhor citou, prestou, de repente, algum serviço a algumas empresas? Não pode ter algo a ver? Não são homens de marketing e de imprensa?

Fazendo a parte do “advogado do diabo” aqui, de repente, não pode ser um serviço prestado?

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Meu querido, ele não pode ser servidor público e prestar serviço para empresa privada. Isso não tem a mínima hipótese.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Estou só perguntando a V. Exa. para não cometer, de repente, nenhuma...

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Não há condições de você ser o mandante e lá na ponta receber comissão.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Mas pode ser comissão que ele estaria recebendo? Não pode ser um serviço prestado?

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Como é que no dia seguinte o dinheiro volta para conta do Secretário e dos funcionários?

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Isso tinha a ver, Deputado Neivo, com valor expedido que dava uma porcentagem exata?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)  
Exatamente.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)  
Batem os números?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)  
Bate tudo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)  
Quantos por cento?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)  
Não posso precisar agora, mas a documentação está disponível a esta Casa, como já está desde 2005 e muito antes, porque sempre procurei revelar todos os fatos para não cometer o crime da prevaricação. Esse é o crime que vem sendo cometido ao longo dos anos neste Estado do Paraná.

Dizem que as coisas estão erradas, mas só se diz na televisão, não se coloca no papel, não se coloca na documentação, não se coloca o Ministério Público para que possa agir. Então, Sras. e Srs. Deputados, este país tem que se passado a limpo, sim, mas tem que ser passado a limpo com a verdade.

Não pensem que são poucos os devedores do Banestado! Tem muito figurão por aí que está desfilando como se fosse o “bacana”, mas ajudou a enterrar o Banestado e o povo está pagando essa maldita conta!

Era isso, Srs. Deputados, muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para justificar, tenho um compromisso às 19h00 em Guarapuava, com a CTT. Peço licença para me ausentar do Plenário.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi a Deputada Elza falar sobre o Deputado recém-eleito, Clodovil. Na verdade, um grande horror As declarações desse cidadão - ou cidadã - que está indo ao Parlamento brasileiro que acredito não vai enriquecer em nada a nossa vida parlamentar a nível de Brasília, de Brasil. Pelo contrário. Já foi lamentável a sua chegada, as suas declarações. Enquanto ele vai a Brasília nós aqui perdemos o Deputado Rafael Greca de Macedo; perdemos o Renato Gaúcho que não foi candidato à reeleição; o Padre Paulo também não se reelegeu; o Barbosa Neto

vai ser o representante do setor lá em Brasília; e eu lamento profundamente, Deputado Neivo Beraldin, que isso tenha ocorrido também com V. Exa. e também comigo que não estaremos aqui no ano que vem.

Muito gente fica a lamentar o que ocorreu nessas eleições. Mas, de cada eleição tira-se uma lição. Cada momento na vida serve para ser um lugar, um espaço para refletir e examinar o seu passado, o seu presente e fazer o seu futuro.

O Deputado Neivo Beraldin falou sobre as questões da verba de comunicação social, que vira uma farra, e que “paga o pato” nessa farra toda é o Dr. Francisco de Cunha Pereira, da Gazeta do Povo. Ele, pela sua seriedade, pela sua serenidade, pelo seu trabalho, passa a ser declarado o “inimigo nº 1” do Governador.

Vi o Deputado Neivo Beraldin falar sobre o número do Benedito Pires: 5.865 dólares. É bastante dinheiro dependendo da ótica de quem olha. Assisti um filme, um bang-bang, aquele filme “Sete Homens e Um Destino”: por um dólar foram contratados todos os pistoleiros que existiam no novo México para combater os bandidos que iam desalojar os colonos. Você imagine por 5.865 dólares!

O nosso amigo também Luíz Fábio Campana, uma quantia relativamente pequena de quarenta mil dólares, em um vai-e-vem de dinheiro da Comunicação Social para as contas de quem é responsável pelo pagamento, responsável pela aplicação do dinheiro do Governo. Quanto deve ter gasto a Copel, a Sanepar, o Porto de Paranaguá? Aliás, o Porto de Paranaguá não deve ter gasto muito em comunicação neste ano porque o Governador do Estado não confia muito essas questões ao seu irmão, ele gosta de, ele próprio, fiscalizar. Mas, o que estamos vendo?

As rádios, jornais, fazendo aí a defesa do candidato à reeleição e agora já começou a dar uma debandada. Prefeitos “pulando”, alguns órgãos de imprensa já começaram a livrar, querendo se preparar para o engajamento futuro dos próximos quatro anos, que acreditamos seja com a Oposição, que é o candidato que hoje está na frente nas pesquisas, o nosso Senador Osmar Dias.

Mas, eu estava vendo falar sobre as questões de desaprovação de contas e sei que o Tribunal de Contas está lá com uma medida a ser publicada contra o vice de Osmar Dias, o Derli Donin, e que vai ser feita a publicação nos últimos dias dessa campanha eleitoral e que essa publicação que o Tribunal de Contas vai fazer, de uma denúncia que está julgando procedente, vai servir para o atual Governador Roberto Requião jogar na televisão e jogar para todo o Paraná uma bomba atômica ou um teste nuclear igual a esse que foi feito lá na Coréia do Norte. Talvez seja uma coisa bem no subsolo e que não vai gerar efeito nenhum, nem a contaminação radioativa vai atingir a população.

Mas, está aí o Tribunal de Contas se preparando para dar, no último dia, um tiro de misericórdia, como se

isso fosse papel do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Disse aqui o Deputado Neivo, confirmou-se por algumas outras bocas também de Parlamentares aqui que o Tribunal de Contas não aprova contas e não rejeita contas. Digo que aprova e que rejeita, o que não deveria ser o seu papel e não é o seu papel constitucional, porque o Tribunal de Contas deveria dar os pareceres e emitir esses pareceres para que as Câmaras Municipais tomassem as devidas providências. Mas não, porque o Tribunal de Contas dá o parecer pela aprovação e pela desaprovação, só que ele dá o caso como definitivo. E por quê?

Porque o Tribunal de Contas dá um parecer desaprovando uma prestação de contas de um convênio, e aquele parecer vai lá para a Procuradoria do Tribunal de Contas, que manda imediatamente inscrever o Prefeito ou o executor daquela despesa em dívida ativa. Passa a ser uma sentença, porque já vai em dívida ativa inscrito aquele Prefeito ou o executor daquela despesa que o Tribunal de Contas deu o parecer pela sua desaprovação. Então, aquele parecer passa a ser uma sentença condenatória, pois já se inscreve em dívida ativa estadual ou municipal imediatamente.

Tive casos assim que tive que recorrer na Justiça para que a Justiça determinasse o cancelamento da inscrição em dívida ativa. Ora, o Tribunal de Contas não poderia cometer esses erros tão grosseiros como comete.

Não dará tempo para explicar o que eu gostaria de explicar, mas eu volto semana que vem aqui com essa mesma proposta para poder esclarecer aqui uma situação inédita que foi criada aqui no Paraná com relação ao Tribunal de Contas.

Então, minha gente, ao fazer essas colocações, eu lamento porque a pessoa muitas vezes pensa que o Tribunal de Contas só faz o parecer. Não é não. Deveria ser, mas não é. Ele dá o parecer. Aquele parecer torna-se definitivo, inscreve-se em dívida ativa, e aí vem o Estado ou o Município já executando aquele devedor inscrito em dívida ativa por um simples parecer do Tribunal de Contas, que foi uma sentença condenatória.

Então, nesse sentido fica aqui registrada a nossa colocação, Sr. Presidente, e muito obrigado pelo minuto a mais,

**O SR. EDSON PRACZYK (PPR) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, dia 21 de agosto eu apresentei uma Questão de Ordem a V. Exa, questão essa que foi encaminhada à Procuradoria Geral do Estado, sobre a eleição do Tribunal de Contas, e até hoje não me chegou em mãos a resposta. Essa seria a primeira questão, saber se ainda este ano volta esse parecer, essa resposta.

E a segunda é com relação a uma PEC de nossa autoria, que V. Exa. deu prazo para que os Líderes dos Partidos indicassem os seus representantes para se formar uma comissão. E já se passaram trinta dias da data que o senhor delegou aos Líderes. Então, eu gostaria apenas de reforçar, Sr. Presidente, uma vez que os Partidos não

apresentaram representantes, V. Exa. irá indicar, fazendo uso da sua prerrogativa?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Pastor Edson, no dia 05 de setembro solicitamos aos Presidentes do Partidos para que indicassem. Até o momento nenhum Partido fez a indicação dos membros: PT; PMDB; PFL; PDT e PSDB. Não havendo, então no início da semana que vem, faremos a indicação dos membros para se instale a PEC.

**O SR. EDSON PRACZYK (PPR)**

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

E a Corregedoria - já cobrei da Mesa agora, neste momento - que a Corregedoria nos informe, conforme foi solicitado, foi feito o pedido, a Questão de Ordem de V. Exa.

**O SR. EDSON PRACZYK (PPR)**

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Lideranças do PPS; PFL; PT; PSDB e PMDB. **(Todas declinam).**

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

***Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, acho que temos que ser justos com as coisas boas que ocorrem no Paraná. E eu queria aproveitar também a Gazeta do Povo, que hoje está generosa, traz notícias de todos os tipos, do Tribunal de Contas à Polícia Militar.

Então, hoje eu quero destacar aqui, com o aval do nosso Líder, Deputado Dobrandino, até porque é na sua terra, que me pediu para que eu fizesse esse pronunciamento, até porque tem a ver com Foz do Iguaçu. Vemos aqui, principalmente nesse processo eleitoral, todo dia “pau” na segurança pública. Qualquer coisinha é motivo de “pau” no governo, “cacete” na segurança pública. Se um policial comete algo errado, e ele é escrachado, ele é usado três, quatro dias, como fonte para virar uma notícia. Esse policial é muitas vezes massacrado. E os membros da oposição aqui criticam bastante a Segurança e eu concordo com muitas coisas, mas é importante também, Sr. Presidente, destacar as coisas boas que a Segurança Pública no Paraná está fazendo!

Um exemplo está hoje na página policial da Gazeta do Povo, que traz as questões envolvendo o Tribunal de Contas, que fala que aprovou as contas do Estado mesmo não tendo cumprido o que determina a lei, mas tem dois pesos e duas medidas, como eu falei antes, mas traz tam-



bém na página policial que um comerciante é resgatado após seis dias de sequestro em Foz do Iguaçu. A polícia trabalhou bem, Deputado Reni, Deputado Chico também, que são de Foz do Iguaçu. Estou propondo a esta Casa, votos de louvor à Polícia Civil de Foz do Iguaçu, Grupo Tigre e à Polícia Federal que trabalharam em conjunto.

Vejo na propaganda eleitoral hoje alguns candidatos dizendo que é preciso unir as polícias. Aqui está o exemplo de que algumas ações são bem feitas e essa é uma bem feita, o Grupo Tigre, a Polícia Federal e a Polícia Civil de Foz do Iguaçu, conseguiram salvar o comerciante e mataram dois bandidos e eu não vi ninguém elogiar nesta Casa! Eu não vi ninguém levantar um elogio à Polícia, porque quando a Polícia erra um mínimo, é pau na Polícia toda porque dá audiência, dá repercussão falar mal da Segurança! Saúde e Segurança, não há melhores pratos diários para se comer! Então aqui temos que louvar hoje o trabalho da Polícia Civil, da Polícia Federal, do Grupo Tigre e também destacar, segundo a notícia da própria Gazeta, havia paraguaios na quadrilha. Era uma conexão internacional, e agiram bem a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Grupo Tigre, os segmentos da Segurança Pública de Foz do Iguaçu, do Paraná e de nosso país.

Sr. Presidente, queria aproveitar este horário para enaltecer, porque criticar é muito fácil, criticar é só falar mais quando a Polícia age, merece ser elogiada, e aqui quero fazer um elogio à Polícia Civil de Foz do Iguaçu, mais uma vez, à Polícia Federal e ao Grupo Tigre!

Se pegarmos aqui no Paraná, alguém fala de Segurança, Deputado Scarpellini, vamos falar de seqüestros. Aqui no Paraná, quantos seqüestros houveram aqui no Paraná? Este é um dado para levantarmos aqui e perguntarmos: quantos seqüestros houveram no Estado do Paraná? Esse é um dado que eu queria perguntar, Sr. Presidente. Quantos foram resolvidos e quantos não foram? Esse é um dado que eu gostaria de saber, porque tenho certeza que esse dado é extremamente positivo para nossa Segurança Pública do Paraná, a nível de Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar. É muito bom esse dado porque eu, pelo menos, não vejo falar de seqüestros que não foram resolvidos! Enquanto eu vejo as manchetes em São Paulo, no Rio, seqüestros todos os dias, tantos por dia, com vítimas a todo instante!

Nesse instante eu queria louvar aqui a Polícia Civil de Foz do Iguaçu, porque criticar é fácil, é só falar: "Polícia é uma porcaria, falta homens, Polícia tem deficiência!" Mas temos que também elogiar! É tão bonito quando você admite que a Polícia tem seus defeitos, mas ela tem as suas virtudes!

O Deputado Scarpellini pediu um aparte e eu jamais deixarei de permitir-lhe um aparte.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Gostaria de cumprimentá-lo pelas suas colocações. Mas eu já ouvi na rádio lá em Ponta Grossa, V. Exa. criticando a Polícia.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Dificilmente. Acho que o senhor ouviu outra rádio. O senhor estava em outro prefixo, o meu é 102.7. Dificilmente eu critico a Polícia.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Ouvi V. Exa. criticando a Polícia, falou que estava faltando atuação da Polícia.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Dificilmente. Até porque eu reconheço o trabalho dos policiais.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Cada caso é um caso. Aqui neste caso não só V. Exa. como todos nós estamos compartilhando os parabéns à Polícia, se bem que ela demorou seis dias.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Tem sequestro que demora um ano.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Na mãos de bandidos perigosos por seis dias, prova de que a Polícia também não é tão eficiente como V. Exa. está a aclamar aqui neste Parlamento.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

O Deputado Scarpellini me faz rir. Olha a competência do Grupo Tigre, da Polícia Federal!

#### **O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Só quero dizer o seguinte: o único dado que conheço deste ano, não sei de anos anteriores, é de quatro seqüestros e os quatro resolvidos com eficiência. E esse de Foz do Iguaçu, que o Deputado Scarpellini está achando muito seis dias, provavelmente tem uma ramificação internacional. Portanto foi de uma celeridade enorme com total cuidado para não por em risco a vida do sequestrado. Quatro, e quatro solucionados.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Era aí que eu queria chegar e o Deputado Caíto me socorre aqui e traz dados deste ano, com quatro seqüestros e os quatro resolvidos com todo mundo em paz e ninguém se feriu. Temos que elogiar este lado da Polícia.

Claro que a Polícia tem seus problemas, todos os quadros têm. De repente um policial rouba tocas no centro e vai para a primeira página do jornal, vai para o Jornal Nacional. Normal, ele foi pego em flagrante. Mas é algo isolado. Não é o Quadro inteiro da Polícia. Então temos que elogiar, como já vimos policiais salvarem a vida de pessoas lá em Ponta Grossa, agora em Laranjeiras do Sul socorreram aquele bebezinho que estava na toca do tatu. Então tem que elogiar, Deputado Scarpellini e demais Deputados. Tem que criticar quando há necessidade, mas também temos que elogiar, porque quando uma Polícia em conjunto com o Governo consegue resol-

ver um sequestro com ramificações internacionais em seis dias, eu como Parlamentar não poderia deixar de vir aqui para prestar a minha homenagem a esses membros da Polícia e estou requerendo a V. Exa. neste dia.

Muito obrigado!

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 37 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2220, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de outubro (quarta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05 de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 501/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que consolida a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º São isentos da Taxa de Segurança, os atos e documentos relativos:

I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;

II - à situação funcional dos servidores públicos em geral ativos e inativos;

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres;

IV - aos clubes de terceira idade, desde que possuam declaração de utilidade pública.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

## **3ª Discussão**

### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/06, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda nº 1 de Plenário.

**Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 2.

**Aprovada.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Reni Pereira que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

31 (trinta e um) Deputados responderam à chamada.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Para Encaminhar**)

Peço aos nobres Pares desta Casa que votem contra a Emenda nº 2, tendo em vista que se permanecer com essa redação o Projeto se torna inaplicável. Vamos pedir no encaminhamento de votação que o voto seja contrário à Emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Conforme o Regimento, só pode ser pedido verificação de votação depois de ser declarada aprovada ou rejeitada. É exatamente dentro do que o Regimento deter-

mina. Por isso que foi solicitada a verificação de votação. Está dentro das regras do Regimento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Peço também em nome da Bancada do Governo para votar contra a Emenda, segundo o Secretário do Planejamento ligou há poucos minutos pedindo para que rejeitasse a Emenda, senão inviabiliza o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

02: (Dois) aprovam.

27: (Vinte e sete) rejeitam.

**Está rejeitada a Emenda.**

Em votação o Projeto.

**Aprovado.**

## **2ª Discussão**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Braganey a Campo Bonito. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Iguatu ao município de Anahy. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/06, de autoria do Tribunal de Justiça - OF nº 051/06, objetivando alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2224, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 452/06.

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis Chateaubriand - Apoac, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná - Apomop, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, alterando o artigo 2º parágrafo 1º da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006. (Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - Refispar). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em discussão. Em votação.

O S. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Plauto não está em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

**Está retirado o projeto de pauta.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui o incentivo fiscal para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/05, de 03.05.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 249/05

P A R E C E R :

#### **I - Mérito**

O projeto de lei em análise objetiva a concessão de **incentivo fiscal**, consistente **em deduções mensais e anuais** no valores a serem pagos a título de **ICMS e IPVA**, respectivamente, pelas pessoas jurídicas estabelecidas no Paraná. Em contrapartida, as pessoas jurídicas beneficiadas serão aquelas que estiverem adotando a política de contratação de jovens na faixa etária entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, e que pos-

suam pelo menos 30% (trinta por cento) dos seus empregados com idade superior a 40 (quarenta) anos de idade.

## **II - Constitucionalidade**

Sob o ponto de vista da constitucionalidade do projeto, o assunto deve ser analisado sob o prisma do disposto no Título VI, Capítulo I, Seção II da Constituição Federal/1988.

Ao dispor sobre as limitações do poder de tributar do Estado, o legislador constituinte estabeleceu no parágrafo 6º do artigo 150 o seguinte:

*Art. 150.(...)*

*§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de créditos presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas de contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual, ou municipal, que regule, exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, 2º, XII, g*

Por sua vez, o mencionado **artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g” da Constituição Federal dispõe que “cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.**

Desta forma, sob o prisma da Constituição Federal/88 não há impedimento para que o Estado legisle sobre a concessão de incentivo fiscal, desde que o faça através de lei complementar.

## **III - Legalidade**

Ocorre que além de adequar-se a Constituição Federal, o projeto de lei também deve ser adequado à legislação infraconstitucional vigente.

Neste sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita obedeça a critérios por ela estabelecidos.

Por esse motivo, o projeto de lei deve adequar-se ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a seguir transcrito:

**Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:**

**I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita de lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;**

**II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alí-**

**quota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**

**§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer de condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.**

**§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:**

**I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;**

**II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.**

Desta forma, para adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão do incentivo previsto no projeto de lei deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Além disto, a renúncia da receita deverá ser considerada na Lei Orçamentária Anual e não deve afetar as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **IV - Conclusão**

**Em razão do exposto, nosso parecer é pela constitucionalidade do Projeto, desde que convertido em Projeto de Lei Complementar, e desde que acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, promovidas as alterações necessárias para a sua implementação no orçamento vigente.**

A exigência de uma planilha de cálculo do impacto orçamentário-financeiro tem o escopo de atribuir maior segurança jurídica aos projetos de lei, para que alterem o orçamento com maior planejamento e precisão, evitando esvaziamentos inesperados e imprevistos.

Contudo, no que tange à elaboração da planilha e para que haja a necessária adequação à Lei Orçamentária, faz-se necessária a análise do projeto pela Comissão de Finanças da Casa.

Para finalizar, **quanto à técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, em 17.06.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 249/05

P A R E C E R :

## **I - Histórico**

O Projeto de Lei nº 249/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, institui incentivo fiscal de ICMS e IPVA para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de quarenta anos.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

## II - Fundamentação

O projeto visa estimular a geração de novos empregos no Estado através de incentivo fiscal, onde as pessoas jurídicas contribuintes poderão fazer compensação do valor do ICMS e IPVA incremental da empresa.

Conforme artigo 3º, o Poder executivo procederá à regulamentação da lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, bem como, as alterações necessárias no Orçamento vigente.

O projeto necessita de ajustes de técnica legislativa para tornar o texto mais claro e objetivo, motivo pelo qual se apresenta o substitutivo geral em anexo

## III - da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.09.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 249/05

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal destinado a estimular pessoas jurídicas domiciliadas no Estado que, na qualidade de empregador:

a) Gerem novos postos de trabalho para emprego de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos;

b) Possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 anos;

Parágrafo Único. O incentivo fiscal de que trata o *caput* não se estenderá a pessoa jurídica inadimplente para com os tributos estaduais relativamente a créditos tributários que não sejam com sua exigibilidade suspensa.

Art. 2º O incentivo fiscal de que trata esta lei, a ser usufruído por parte da pessoa jurídica que cumprir o disposto no artigo anterior, consistirá:

I - para as pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, na dedução mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) do ICMS a recolher, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º, limitado a 30% do saldo devedor mensal do ICMS a recolher;

II - para as pessoas jurídicas contribuintes do IPVA, na dedução anual de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) do IPVA devido, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado na condição prevista no artigo 1º.

§ 1º A dedução mensal de que trata o inciso I deste artigo somente poderá ser utilizada para compensação com o valor do ICMS incremental da empresa.

§ 2º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o ICMS incremental corresponderá à diferença a maior do saldo devedor do ICMS mensal apurado em relação à média do saldo devedor do ICMS apurado no exercício anterior.

§ 3º A dedução mensal de que trata o inciso II deste artigo somente poderá ser utilizada para compensação com o valor do IPVA incremental da empresa.

§ 4º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o IPVA incremental corresponderá à diferença a maior do valor para de IPVA pela empresa no ano em curso comparativamente ao valor do IPVA paga no exercício anterior.

§ 5º Para os fins do disposto no:

a) inciso I, o valor do crédito outorgado deverá ser lançado diretamente no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS.

b) inciso II, o valor do crédito outorgado deverá ser requerido à repartição fiscal do domicílio tributário do requerente, com indicação do veículo automotor em relação ao qual deverá ocorrer a correspondente dedução, mediante a apresentação de:

1. Cópia reprográfica do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo;

2. Documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos legais.

§ 6º Deverão ser mantidos à disposição do fisco os documentos comprobatórios da existência do contrato de trabalho correspondente ao benefício utilizado, bem como, se for o caso, de que 30% dos empregados possuem idade superior a 40 anos.

Art. 3º O Poder Executivo procederá à regulamentação da utilização dos incentivos fiscais instituídos nesta lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, e a promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias para a sua implementação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.09.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20/06/06). O autor está ausente, será retirado de pauta.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e

Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró Vida de Assaí, com sede e foro no município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06). O autor está ausente, será retirado de pauta.**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 458/06**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró Vida de Assaí, com sede e foro no município de Assaí, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2006. Resolução nº 003/004. Ex-Proposição nº 083/06. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/06**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2006, conforme Resolução nº 003/004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.10.06.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

#### **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 083/06**

#### **P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 083/06, presta contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após estudo criterioso que a matéria lhe exige, do que está contido no relatório e no movimento para atender despesas constantes da Proposição acima citada, este relator resolve pela aprovação das contas apresentadas, uma vez que as mesmas encontram-se exatas, atendendo à regulamentação que ora vigora.

Assim sendo, este relator decide pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável, aprovado.

Sala das Comissões, em 10.10.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2216 e 2218, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2219, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2221 a 2223, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2225, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2226, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 146, 451, 461, 462 e 465/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 389, 471, 493 e 4976/06.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Programa de Demissão Voluntária***

#### ***Pedido de Adesão***

##### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

MARIA DO CARMO DOS SANTOS, matrícula nº 40317, endereço: Rua Antonio L. dos Santos, 80, ap. 01; bairro: Boa Vista - CEP: 82560-560 - Curitiba-PR; Remuneração mensal estimada em R\$ 2.508,42; CPF: 356.740.679-53; telefone: 3256-9741; lotação: DP; data de nascimento: 03/12/53.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-03

Curitiba, 17.10.2006.

(a) MARIA DO CARMO DOS SANTOS

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 115**

### **093ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 24**

**Presenças.....24**

**Abertura da Sessão .....24**

#### **Ordem do Dia:**

Redação Final ..... 24

1ª Discussão.....25

**Encerramento da Sessão .....27**

### **DIÁRIO Nº 115**

### **093ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2006**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos foi registralmente registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (37). Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltilino Pupio, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho

Júnior e Valdir Rossoni (16). Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

#### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não havendo expediente a ser lido nem oradores inscritos, passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### **Redação Final**

##### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Missal, com sede no município de Missal e foro na Comarca de Medianeira. **Foi retirado. Autor ausente. (Publ. no DA nº 21, de 29/03/06).**

##### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/06, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do



Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 451/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os Anexos de Obras, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Fica ajustado o Programa de Obras contido no Anexo VII, de acordo com o artigo 24 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 15.426.763,00 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais), conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.10.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relator

Em votação:

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)  
Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Chamada Nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Solicito ao 1º Secretário, Deputado Reni Pereira, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)  
(**Procede à Chamada nominal**)  
31 Srs. Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para que seja feita a Verificação de Votação.

Deputados que aprovam a Redação Final do Projeto de Lei nº 451/06, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)  
29 Srs. Deputados aprovam.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. **Está aprovado o projeto.**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Bandeirantes - Aponeb, com sede e foro na cidade de Bandeirantes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 462/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional Madre Mônica, com sede e foro na cidade de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 98, de 04/09/06).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação Viva Bia de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 98, de 04/09/06).**

**1ª Discussão**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e amigos de Santa Fé, com sede e foro em Santa Fé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/06, de 09.05.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 239/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede e foro no município de Santa Fé, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### **Constitucionalidade**

Cabe ressaltar que o projeto de lei em questão dispõe que a sede e o foro da referida Escola encontram-se situados no município de Santa Fé. Conforme documentação anexa, podemos concluir que a sede, realmente está situada neste município, contudo constatamos que o foro está situado no município de Astorga, Estado do Paraná.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 239/06**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 239/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

**SÚMULA:** Declarada de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede no município de Santa Fé e foro no município de Astorga, Estado do Paraná.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a Cáritas Diocesana de Palmas, com sede e foro no município de Palmas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 389/06**

**P A R E C E R :**

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Cáritas Diocesana de Palmas, com sede e foro no município de Palmas, Estado do Paraná.

### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Músicos e Intérpretes de Maringá, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/06, de 11.09.06).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 471/06**

**P A R E C E R :**

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos e Intérpretes de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, Estado do Paraná.

### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, instituindo o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual ao Instituto Tibagi de Escolas Técnicas - Ettibagi, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 493/06**

**P A R E C E R :**

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública o Instituto Tibagi de Escolas Técnicas, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declarando de Utilidade Pública a Associação Nuclear de Apoio às Pessoas com Câncer do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/06, de 10.10.06).**

Autor do projeto ausente. Será retirado da pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 497/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação Nuclear de Apoio às Pessoas com Câncer do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249 e 753/05; 239, 389, 471, 493 e 495/06 e do Projeto de Resolução nº 015/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 442 e 492/06.

Levanta-se a Sessão.